

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Dia Nacional da Construção Social terá programação de lazer para trabalhadores de Manaus

Veículo: CBIC Hoje

Data: 14.08.18

Enfoque:

Positivo () Negativo () Neutro (X)

Caderno: Newsletter

Página: Online

Link: <https://cbic.org.br/wp-content/uploads/2018/08/CBIC-HOJE-14.08.2018.pdf>

Dia Nacional da Construção Social terá programação de lazer para trabalhadores de Manaus



A organização da programação do Dia Nacional da Construção Social (DNCS 2018), no

Se metade das empresas adotarem o modelo BIM na próxima década, projeta-se que a economia da construção civil brasileira crescerá 7%. Isso significa um aumento de R\$ 21,9 bilhões no PIB do setor nos valores de 2018, segundo dados da Coordenação de Planejamento e Inteligência da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI). O processo de elaboração dos projetos em ambiente virtual permite o levantamento de quantidades, a estimativa de gastos e a realização de análises diversas. A estimativa é de redução de 9,7% dos custos totais da obra e de 20% dos custos com insumos. A partir de simulações nas várias dimensões, da arquitetura, fundação, estrutura, às instalações hidráulicas e elétricas, por exemplo, é possível prevenir erros e corrigir inconsistências no planejamento.

O BIM aumenta a confiabilidade nas estimativas de preços e no cumprimento dos prazos, reduzindo erros e garantindo a qualidade da obra. "Outra vantagem é que o BIM pode ser usado em todo o ciclo de vida da edificação, desde a concepção até a demolição e reuso. As informações agregadas no decorrer do tempo permitem ao proprietário a eficiência na manutenção da construção", explica Guto Ferreira, presidente da ABDI. A Sondagem de Inovação preparada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e ABDI, realizada em março deste ano com 700 empresas de construção, mostra ainda que o uso do BIM é reduzido e desigual no Brasil. Apenas 9,2% das empresas adotaram o BIM no país.



CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Construção civil pode crescer até 7% com BIM

Veículo: CBIC Hoje

Data: 14.08.18

Enfoque:

Positivo () Negativo () Neutro (X)

Caderno: Newsletter

Página: Online

Link: <https://cbic.org.br/wp-content/uploads/2018/08/CBIC-HOJE-14.08.2018.pdf>

Construção civil pode crescer até 7% com BIM



A produtividade da construção civil brasileira é quatro vezes menor que a de países como Estados Unidos, China, Rússia e os da União Europeia e quase 50% menor que a média da economia nacional. O setor registrou queda de 20,1% em seu PIB entre 2014 e 2017, entende-se que o cenário mostra a necessidade de inovações. Pode-se dizer que uma delas atende pela sigla BIM (*Building Information Modeling*), ferramenta de planejamento que utiliza um modelo virtual em três dimensões para projetar toda a construção antes de iniciar os trabalhos no canteiro de obras.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: BNDES devolve mais de R\$ 40 bilhões ao Tesouro

Veículo: Em Tempo

Data: 15.08.18

Enfoque:

Positivo () Negativo () Neutro (X)

Caderno: Economia

Página: 13

BNDES devolve mais R\$ 40 bilhões ao Tesouro

Com o pagamento, chega a R\$ 100 bilhões a antecipação feita pelo banco ao Tesouro, com o objetivo de reduzir o endividamento público neste ano

Agência Brasil - O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) fez o pagamento antecipado adicional ao Tesouro Nacional de R\$ 40 bilhões relativos à liquidação de contratos firmados entre o banco e a União. O anúncio foi feito ontem (14) pela instituição.

Com o pagamento, chega a R\$ 100 bilhões a antecipação feita pelo banco ao Tesouro, com o objetivo de reduzir o endividamento público neste ano. Um último pagamento está previsto para ser feito na última quinzena deste mês, no valor de R\$ 30 bilhões.

Desde dezembro de 2015, o BNDES liquidou em torno de R\$ 280 bilhões de dívidas com a União. Esse valor será eleva-



Um último pagamento está previsto para ser feito neste mês, no valor de R\$ 30 bilhões

do para R\$ 310 bilhões até o final deste mês. A contribuição do BNDES para a redução da dívida bruta atingirá 5% do Produto Interno Bruto (PIB, soma de todos os bens e serviços produzidos no país) entre 2015 e o final deste mês de agosto.

O BNDES destacou, por meio de sua assessoria de imprensa,

que os recursos devolvidos só podem ser utilizados pela União para abatimento da dívida pública, segundo definiu o Tribunal de Contas da União (TCU) em 2016.

Está vedada a utilização desses recursos para ampliação de despesas primárias do governo, entre as quais, despesas com pessoal e investimentos.

próximo sábado (18/08), em Manaus/AM, é de responsabilidade do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Amazonas (Sinduscon-AM) e do Serviço Social da Indústria da Construção Civil de Manaus (Seconci Manaus). A ação social deste ano, que tem como tema o 'Futuro dos Nossos Filhos', será das 9h às 14h, no Clube do Trabalhador do Sesi, na zona leste de Manaus.

Para esta edição já estão confirmados serviços de corte de cabelo, esmaltação de unhas, consultas médicas, vacinação, oficinas de esportes como balé, futsal, handebol, dança e o IV Torneio de Futsal do DNCS. No ano passado, Manaus registrou recorde, com 13.699 atendimentos e 6.850 pessoas alcançadas. O resultado colocou a capital em terceiro lugar entre as cidades com maior número de atendimentos.

"Como nós estamos com os canteiros com mais contratações em 2018 em relação a 2017 e mais obras lançadas do que em 2017. A gente espera que haja um crescimento em torno de 10% em relação aos atendimentos, o número de pessoas alcançadas e o número de famílias que participam deste evento, que é um evento que preza por um dia em que o setor oferece ao trabalhador para cidadania, lazer, cultura, educação", destacou o presidente do Sinduscon-AM, Frank Souza.

Promovido nacionalmente pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), por meio do seu Fórum de Ação Social e Cidadania (Fasc), e pelo Sesi Nacional, com apoio especial do Seconci Brasil, o evento é realizado anualmente em todo o País, com uma programação que reúne empresas do setor, instituições parceiras, além de trabalhadores da construção e seus familiares. Neste ano, 27 cidades do Brasil aderiram ao DNCS. Outras informações podem ser obtidas em: **<http://www.seconci-manaus.org.br/dncs2018>**

(Com informações do A Crítica)

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Por que a inflação do aluguel está tão acima do índice oficial

Veículo: Jornal Nexus

Data: 13.08.18

Enfoque:

Positivo () Negativo () Neutro (X)

Caderno: Expresso

Página: Online

Link: <https://www.nexojournal.com.br/expresso/2018/08/13/Por-que-a-infla%C3%A7%C3%A3o-do-aluguel-est%C3%A1-t%C3%A3o-acima-do-%C3%ADndice-oficial>

EXPRESSO

Por que a inflação do aluguel está tão acima do índice oficial

José Roberto Castro 13 Ago 2018 (atualizado 13/Ago 20h46)

IGP-M sai de deflação para alta de 8,24% em sete meses e pressiona reajustes dos aluguéis

FOTO: PAULO WHITAKER/REUTERS



VISTA AÉREA DA REGIÃO CENTRAL DE SÃO PAULO

A FGV divulgou no dia 10 de agosto a primeira prévia do IGP-M (Índice Geral de Preços) de agosto. E o resultado reforçou a tendência de aumento no índice – que serve, entre outras coisas, para reajustar os aluguéis no Brasil.

O IGP-M é um índice mensal, que mede a inflação entre o dia 21 de um mês e o dia 20 do mês seguinte. Mas tem parciais divulgadas a cada dez dias.

A primeira prévia do índice de agosto, que mede os preços entre 21 e 30 de julho, subiu 0,7%, mais que os 0,41% da prévia anterior. Com isso, o IGP-M nos últimos 12 meses acumula alta de 8,89%. Considerando o último resultado consolidado, o de julho, a inflação acumulada está em 8,24%. O resultado é surpreendente, já que o índice apresentava deflação poucos meses atrás.

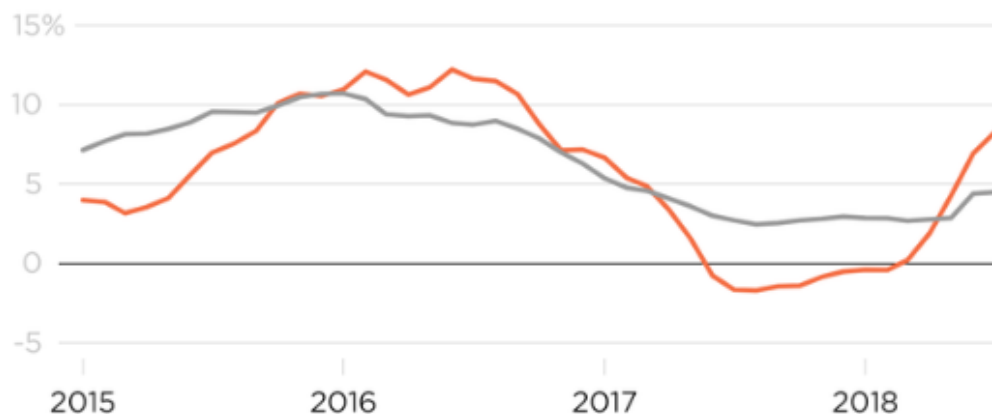
Ambos os números estão muito acima da variação do IPCA – o índice oficial de inflação no Brasil, usado pelo Banco Central para o sistema de metas. O IPCA, em período parecido, subiu 4,48%. Isso é cerca de metade do aumento medido pelo IGP-M.

Nos últimos anos, essa diferença foi comum. Apesar de seguirem uma mesma tendência geral no médio prazo, há períodos de diferenças significativas, como agora. O gráfico mostra que, recentemente, a inflação medida pelo IGP-M apresentou-se mais volátil (ou seja, teve variação maior): chegou a estar acima de 12% em 2016 e, cerca de um ano depois, a registrar deflação de quase 2%.

OS DOIS ÍNDICES

Variação do IGP-M e IPCA acumuladas em 12 meses

■ IGP-M ■ IPCA



Fonte: FGV e IBGE

NEXO

■ Diferenças entre IGP-M e IPCA

Para entender as diferenças de resultado entre os dois índices, é preciso entender a diferença metodológica entre eles. Índices de inflação diferentes existem para medir a evolução de preços para compras diferentes.

O IPCA é o índice amplo para o consumidor. Por isso, nele, o IBGE mede o preço de produtos para consumidores com renda entre 1 e 40 salários mínimos – um grupo bastante amplo e diverso. A variação dessa cesta imaginária de produtos de um mês para o outro é o que o IBGE divulga todo mês.

O IGP-M tem outra função. Ele também mede os preços ao consumidor, mas isso é apenas uma parte do índice. Na conta entram também preços de matérias primas agrícolas e industriais, além dos produtos e serviços. Tudo junto.

Ele é a junção de três índices: O Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA), o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) e o Índice Nacional de Custo da Construção (INCC).

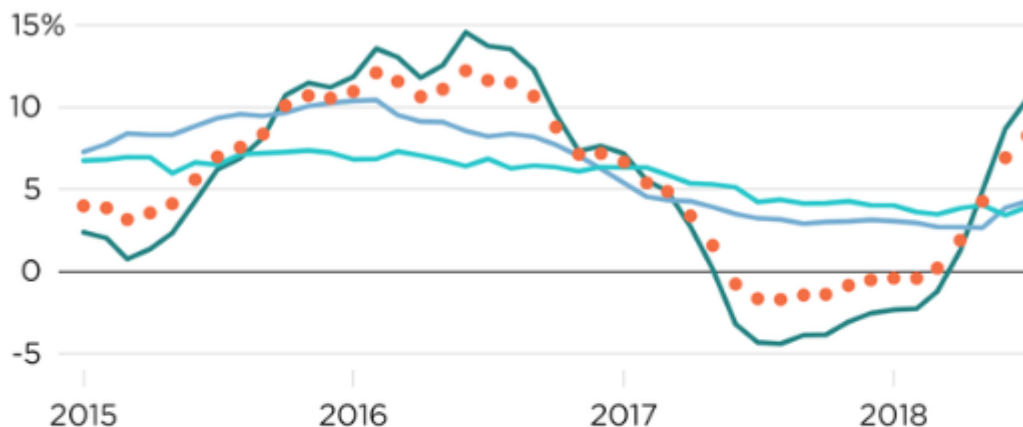
O primeiro, que mede os preços dos produtos no atacado, representa 60% do índice. Do restante, 30% cabem ao IPC e 10%, ao INCC. Decompondo o IGP-M, é possível entender por que ele subiu muito acima do IPCA nos últimos meses.



O ÍNDICE E SEUS COMPONENTES

Os índices que formam o IGP-M

■ IGP-M ■ Atacado ■ Consumidor ■ Construção



Fonte: FGV; *Acumulado em 12 meses

NEXO

O que fez o IGP-M se descolar do IPCA nos últimos meses foi o aumento nos preços no atacado – ou ao “produtor amplo”, como chama a FGV. No gráfico, é possível ver como a trajetória do IPA se parece com a do índice geral e como os outros dois índices estiveram bem mais estáveis. Os preços, antes de chegarem ao consumidor, costumam variar mais de acordo com oferta e demanda, para mais ou para menos. Alguns choques tendem a ser amortecidos no varejo.

Desde o início do ano, a desvalorização do real tem impactado os preços no atacado. O IPA também é muito influenciado pelo preço de commodities no mercado internacional, como soja, trigo e minério de ferro. No geral, esses produtos subiram nos últimos doze meses, segundo o índice CRB medido pela Reuters.

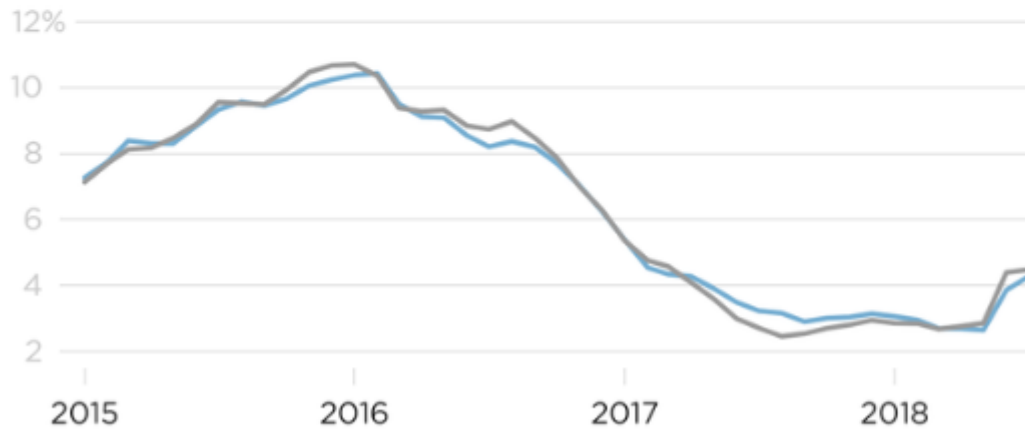
O preço ao consumidor no IGP-M

O que o IPCA mede também é levado em conta no IGP-M, mas representa apenas 30% do índice. Apesar de ter diferenças metodológicas, o IPCA é equivalente ao IPC. Ou seja, os preços ao consumidor até influenciam o IGP-M, mas isso é apenas uma parte do índice, que é mais abrangente. Foram os outros índices que formam o IGP-M que puxaram a subida – o IPC em si seguiu bastante parecido com o IPCA.

SEMELHANÇA

Comparação entre índices de preços ao consumidor

■ IPC (componente do IGP-M) ■ IPCA



Fonte: FGV e IBGE; *Ambos os índices estão acumulados em 12 meses

NEXO

■ O preço dos aluguéis

O IGP-M é mais conhecido no Brasil por ser a base de reajuste para a maioria dos contratos de aluguel de imóveis. Uma vez por ano, quando o contrato de aluguel faz aniversário, os donos dos imóveis podem fazer reajustes nos preços, desde que isso esteja previsto no contrato.

Funciona assim: se um contrato foi feito em julho, mede-se o IGP-M dos doze meses anteriores – no caso, entre julho do ano anterior e junho do mesmo ano. O percentual da inflação é aplicado sobre o valor cobrado do inquilino.

O reajuste pelo IGP-M vale apenas para os contratos que estão fazendo aniversário. O preço para novos aluguéis é livre e determinado pela oferta e demanda. Com a crise econômica, esses valores ainda estão abaixo de preços de anos atrás, o que pode ajudar o inquilino em uma negociação.



CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Investimento em infraestrutura deve crescer

Veículo: Jornal do Commercio

Data: 15.08.18

Caderno: Economia

Página: A6

Enfoque:

Positivo () Negativo () Neutro (X)

Investimento em infraestrutura deve crescer

Estimativa feita pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) aponta para um crescimento médio de 13%, nos próximos três anos, dos investimentos em infraestrutura no país. O dado foi divulgado pelo presidente do banco, Dyogo Oliveira, ao participar do 6º Fórum Lide de Infraestrutura, Logística e Mobilidade, na capital paulista.

“Temos uma retomada dos investimentos com crescimento considerável”, avaliou Dyogo. O BNDES atua como principal financiador de infraestrutura no Brasil, oferecendo linhas de longo prazo, que são as mais adequadas para esse tipo de projeto.

O presidente do BNDES disse confiar na soma de recursos com o setor privado para atrair investidores. “Há mais de 30 anos temos atraído [investidores] para a gestão da infraestrutura. Agora precisamos para o financiamento da infraestrutura”.

Para isso, o BNDES criou uma área de estruturação de projetos, preocupação que surgiu após a saída de empresas e construtoras, em razão de impedimentos judiciais, res-

ponsáveis pelas grandes obras. Oliveira elenca a necessidade de marco regulatório, da melhora do ambiente de negócios e de segurança jurídica.

“A deficiência [regulatória] principal é no setor de saneamento. Não dá para ter competência municipal, empresas estaduais e funding [obtenção de recursos] federal, não dá mais. Se for preciso, uma emenda constitucional”.

O presidente do BNDES relaciona os “deploráveis índices de cobertura de rede de saneamento no Brasil” à dificuldade regulatória no país.

Foto: Divulgação



**Dyogo Oliveira,
presidente do BNDES**

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Lançamento de debêntures de infraestrutura este ano supera R\$ 10 bi, diz BNDES

Veículo: CBIC Hoje

Data: 14.08.18

Enfoque:

Positivo () Negativo () Neutro (X)

Caderno: Newsletter

Página: Online

Link: <https://cbic.org.br/wp-content/uploads/2018/08/CBIC-HOJE-14.08.2018.pdf>

Lançamento de debêntures de infraestrutura este ano supera R\$ 10 bi, diz BNDES



O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Dyogo Oliveira, reforçou nesta terça-feira (14/08), durante o 6º Fórum Lide de Infraestrutura Logística & Mobilidade, que o Brasil não tem restrições para financiar infraestrutura do ponto de vista de fontes de recursos. Reforçou que o BNDES lançou uma política de fomento à criação e lançamento de emissões no mercado de capitais de debêntures e de fundos de investimentos.

"O lançamento de debêntures de infraestrutura neste ano já ultrapassou R\$ 10 bilhões", disse. Segundo ele, uma série de projetos de linhas de transmissão e eólica já está sendo financiada sem a necessidade de recursos do BNDES.

Para enfrentar o problema da concentração do movimento no mercado de capitais em poucos setores, principalmente energia, o BNDES criou uma área de estruturação de projetos. "A maior preocupação hoje é de que, em virtude de mudanças no mercado, de saída de grandes *players* que promoviam grandes projetos de infraestrutura no Brasil, venhamos a ter em breve um gap de projetos", disse.

Já sobre a necessidade de mecanismo de solução de conflitos na área de infraestrutura, em especial na área de saneamento, Dyogo Oliveira considera necessário, de uma vez por todas organizar o marco regulatório do saneamento. "Não dá para ter uma regulação com competência municipal, empresas estaduais e *funding* federal. Precisamos definitivamente planificar isso. Se precisar de uma Emenda Constitucional, que se faça, mas é preciso planificar isso", disse. Para ele, é por isso que se tem que conviver com índices deploráveis de cobertura de saneamento no Brasil.

(Com informações do Estadão Conteúdo)



CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Modelo ZFM ameaçado no Congresso

Veículo: Jornal do Commercio

Data: 15.08.18

Caderno: Economia

Página: A5

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Risco de aprovação de proposta para reforma Tributária assombra industriais por conta de incentivos

Modelo ZFM ameaçado no Congresso

ANTONIO PARENTE
redacao@jcam.com.br

A proposta de reforma do sistema tributário em discussão no cenário nacional, pode colocar modelo de incentivos fiscais da ZFM (Zona Franca de Manaus) em check. A proposta mais discutida, é a do deputado federal Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR), relator da comissão especial que criou a PEC (Proposta de Emenda Constitucional) 293/2004, que tem o objetivo de simplificar a estrutura tributária a fim de torná-la mais transparente, incluindo o cancelamento dos principais incentivos às indústrias do Amazonas.

Para o consultor empresarial, Raimundo Lopes, caso a reforma seja aprovada, as atividades industriais das empresas do PIM (Polo Industrial de Manaus), terão suas atividades completamente prejudicadas. "A reforma é assustadora e preocupante. Em relação aos impostos federais acredito que existe uma forma de contornar em parte as

vantagens que hoje nós temos. Mas, os impostos estaduais é a situação que mais pesa, porque hoje o ICMS (Imposto sobre Circulação Mercadorias e Serviços) é cobrado na origem, ou seja, a Zona Franca produz, cobra esse valor e concede os incentivos e parte dos impostos na origem. Com a reforma Tributária o ICMS será cobrado na ponta do consumo", disse.

Prevista para ser votada

após as eleições, segundo Raimundo, se a reforma Tributária for aprovada, causará um afastamento dos investidores do PIM, que além de estarem se recuperando da forte crise econômica que o país passou, estarão impossibilitados de

Foi apresentada uma emenda que protege e resguarda os direitos assegurados ao PIM na Constituição

trabalhar em novos projetos e investimentos no Estado.

"Quando se fala em crise a primeira coisa que o empresário faz é frear novos projetos e novos investimento. Ele precisa se resguardar e garantir a parcela patrimonial que ele tem hoje. De 2014 para cá os novos investimentos praticamente pararam. E só vai retomar esses investimentos quando ele recuperar o que ele



Câmara dos Deputados está com a matéria em pauta

perdeu, o que não vai acontecer tão cedo”, explicou.

Emenda que assegura a ZFM

Um dos parlamentares que tem atuado na luta dos interesses do PIM no congresso, o deputado federal, Paudemey Avelino apresentou recentemente, uma emenda que protege e resguarda os direitos fiscais do PIM previsto na Constituição, onde aguarda a leitura e análise do relator da PEC, o deputado federal Luiz Carlos Haully. A emenda visa conceder o crédito tanto na entrada quanto na saída para os produtos que são originários de outros Estados.

“O problema da reforma Tributária é que ela nivela o Amazonas com as demais federações do Brasil. Nós somos a exceção aqui, prevista na Constituição. O problema é que essa emenda também

vai estar na Constituição. Temos que ver como vamos trabalhar. Hoje nós temos os tributos cobrados de segmentos como energia elétrica, telecomunicações e combustíveis que são extremamente elevados seja nos valores federais como estaduais. Essa reforma Tributária causaria um impacto muito grande no Amazonas já que é o Estado que produz mais do que consome”, disse.

Para aprovação da emenda, o deputado precisaria no mínimo 171 assinaturas, e ao todo foram conseguidas 212 aprovações que possibilitaram o andamento do processo. “A cada dia que passa esse modelo de desenvolvimento com benefícios fiscais está cada vez mais sendo colocado em questão. Nós temos que usar argumentos muito fortes para convencer os demais. Seja questões aqui da região amazônica

quanto de outras regiões. É muito importante mostrarmos que o benefício fiscal é concedido, mas existe a contrapartida”, disse.

O deputado citou as formas de trabalho de antigos governos, no que diz respeito à forma de planejar e executar os planos necessários, para uma segurança jurídica para as empresas que atuam dentro do Polo Industrial de Manaus. E ressaltou, que para que haja um sistema justo de tributação para todos os Estados, é necessário ter a participação de todos os envolvidos, sem que uma região prejudique a outra.

“O governo anterior distribuiu benefícios de toda ordem, inclusive a desoneração da folha de pagamento de setores que não devia ter a desoneração. Eu acho que isso custou muito caro para o país, além de outras ações irresponsáveis. Tem que haver sim uma revisão e aí que temos que está presente. Hoje qualquer debate que existe, eles colocam a Zona Franca de Manaus como se fosse a vilã do benefício fiscal. Mas, não é. Nós somos os heróis que estão colocando a floresta em pé. Nós estamos ocupando essa região do Brasil e vamos continuar trabalhando para fazer valer essa renúncia fiscal, que gera empregos, tributos e renda”, frisou.

Modelo diferenciado

A defesa da diferenciação do modelo ZFM (Zona Franca de Manaus) tem que estar contem-

plada em qualquer discussão que vise uma reformulação do sistema tributário do país, propõe o presidente do Cieam (Centro da Indústria do Estado do Amazonas), Wilson Périco.

“O Amazonas precisa resgatar o protagonismo da região Norte, as riquezas que aqui se geram e são criadas. Isso deveria ficar aqui para beneficiar os cinco Estados, além do Amazonas, que são incentivados pela Suframa. O Brasil todo, inclusive essa sociedade amazonense, é a favor de uma reforma Tributária que tire o peso do Estado da vida do cidadão e da atividade produtora”, ressaltou Périco.



O problema da reforma Tributária é que ela nivela o Amazonas com as demais federações do Brasil. Nós somos a exceção aqui, prevista na Constituição. O problema é que essa emenda também vai estar na constituição. Temos que ver como vamos trabalhar

Pauderney Avelino,
deputado federal

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Banco Central registra recuperação com alta de 3,29% para o PIB

Veículo: Amazonas Atual

Data: 15.08.18

Caderno: Economia

Página: On-line

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Link: <http://amazonasatual.com.br/banco-central-registra-recuperacao-com-alta-de-329-para-o-pib/>

15 de agosto de 2018

Banco Central registra recuperação com alta de 3,29% para o PIB



A alta do IBC-Br ficou dentro do intervalo projetado pelos analistas do mercado financeiro (Foto: ABr/Agência Brasil)

Do Estadão Conteúdo

BRASÍLIA – A economia brasileira registrou forte alta em junho de 2018, em um movimento de recuperação após a greve dos caminhoneiros. O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) subiu 3,29% em junho ante maio, na série com ajuste sazonal, informou nesta quarta-feira, 15, a instituição.

O índice de atividade calculado pelo BC passou de 133,44 pontos para 137,83 pontos na série dessazonalizada de maio para junho. Este é o maior patamar para o IBC-Br com ajuste apenas desde abril (137,97 pontos). A atividade em maio havia sido bastante prejudicada pela paralisação dos caminhoneiros em todo o Brasil, verificada nas últimas semanas do mês. Em junho, o movimento arrefeceu e a atividade voltou a acelerar.

A alta do IBC-Br ficou dentro do intervalo projetado pelos analistas do mercado financeiro, que esperavam resultado entre +1,20% e +4,40% (mediana em +3,30%).

Na comparação entre os meses de junho de 2018 e junho de 2017, houve alta de 1,82% na série sem ajustes sazonais. Esta série encerrou com o IBC-Br em 137,95 pontos em junho, ante 135,49 pontos de junho do ano passado.

O indicador de junho de 2018 ante o mesmo mês de 2017 mostrou desempenho levemente acima do apontado pela mediana (+1,80%) das previsões de analistas do mercado financeiro ouvidos pelo Projeções Broadcast (+0,90% a +3,10% de intervalo). O patamar de 137,95 pontos é o melhor para meses de maio desde 2015 (139,08 pontos).

Conhecido como uma espécie de “prévia do BC para o PIB”, o IBC-Br serve como parâmetro para avaliar o ritmo da economia brasileira ao longo dos meses. A previsão atual do BC para a atividade doméstica em 2018 é de avanço de 1,6%. O percentual, informado pelo BC no fim de junho, é o mesmo considerado pelo Ministério da Fazenda.



CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Setor de Serviços registra alta de 6,6%

Veículo: Em Tempo

Data: 15.08.18

Enfoque:

Positivo () Negativo () Neutro (X)

Caderno: Economia

Página: 12

Setor de serviços registra alta de 6,6%

Desempenho do Amazonas também foi positivo no sexto mês do ano com 0,4% na comparação com maio. O resultado foi divulgado ontem (14)

▼ Narlitha Miguels

Famílias

▼ Narlitha Miguels

O setor de serviços registrou crescimento de 6,6% no país em junho deste ano em relação a maio, apontando maior crescimento desde o início da série de pesquisas produzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2011. O desempenho do Amazonas também foi positivo no sexto mês do ano com 0,4% na comparação com maio. O resultado foi divulgado ontem (14), e reverte a queda de 5% registrada em maio, quando ocorreu a greve dos caminhoneiros.

Porém, na comparação com outras praças, o Estado foi um dos que registraram o pior desempenho entre os que cresceram em junho. Apesar da média abaixo dos 6,6% nacional, o Amazonas ainda teve desempenho melhor que o Acre (0,1%), Espírito Santo (0,2%), Alagoas (0,3%), Maranhão (0,4%) e Piauí (1,1%).

De acordo com o IBGE, a expansão de 6,6% no setor de serviços de maio para junho foi puxada, principalmente, pelo setor de transportes, serviços auxiliares aos transportes e correios, que cresceram 15,7% em junho, eliminando a perda de 10,6% em maio.

O segmento de transporte terrestre também alcançou a maior taxa da série, ao crescer 23,4% em junho, impulsionado pelo aumento na receita das empresas de transporte rodoviário de carga, que representam 59,7% dos transportes terrestres. Os demais resultados positivos vieram dos ramos de serviços de informação e comunicação (expansão de 2,5%), de outros serviços (3,9%) e de serviços profissionais, administrativos e complementares (0,4%).

Famílias

Por outro lado, os serviços prestados às famílias recuaram 2,5% e registraram perda de 3,8%, com a segunda taxa negativa seguida. Ainda na série com ajuste sazonal, a média móvel trimestral subiu 0,8% frente ao mês anterior, recuperando parte da perda verificada no trimestre encerrado em maio (1,4%). No Amazonas, o indicador da receita nominal de junho caiu 0,3%, depois de crescimento de 2,2% em maio. Já na comparação com o mesmo período de 2017, o indicador também reduziu (2,6%), depois de ter subido 0,2% em maio. Com isso, o acumulado em 2018 foi de 1,4%, percentual menor que o registrado em maio (2,2%). A variação em 12 meses também vem caindo (6,4% em maio e 5,2% em junho). A média móvel trimestral (abril, maio e junho) da receita nominal também vem apresentando queda (5,2%), depois de 6,4% em maio e 6,5% em abril. Mesmo com o crescimento de junho frente a maio, o setor de serviços fecha os primeiros seis meses do ano negativo em 0,9%, inferior à queda acumulada até maio, que era de 1,3%.

O acumulado nos últimos 12 meses passou da redução de 1,6%, em maio, para queda de 1,2% em junho, mantendo a trajetória ascendente iniciada em abril de 2017, quando a taxa era negativa em 5,1%.

Primeiro semestre

A queda de 0,9% no resultado acumulado no primeiro semestre do ano, frente a igual período de 2017, reflete taxas negativas em três das cinco atividades e em 58,4% dos 166 tipos de serviços analisados.

Entre as atividades, os serviços de informação e comunicação e os profissionais administrativos e complementares tiveram os principais impactos negativos sobre o índice



O índice de atividades turísticas avançou 1% na passagem de maio para junho de 2018, recuperando parte da perda de 1,6% registrada no mês anterior

global. No primeiro caso, a queda foi de 2,0% e, no segundo, de 2,1%.

O crescimento de 6,6% no setor de serviços, de maio para junho deste ano, reflete expansão em 22 dos 27 Estados. O destaque é para São Paulo, principal parque fabril do país, com crescimento de 4,6% na série dessazonalizada, a alta mais intensa desde o início da série histórica iniciada em janeiro de 2011.

Outros resultados positivos vieram de Minas Gerais, com cres-

cimento significativo (9,8%); Paraná (10,1%); Rio de Janeiro (3,6%); Mato Grosso (22,6%); e Bahia (9,7%), todos revertendo as quedas de maio em função da paralisação dos caminhoneiros.

Turismo

O índice de atividades turísticas avançou 1% na passagem de maio para junho de 2018, recuperando parte da perda de 1,6%, registrada no mês anterior. Sete das 12 unidades

da federação acompanharam o movimento de crescimento, com destaque para São Paulo que, ao avançar 2,7% no mês, acumulou ganho de 15,4% entre março e junho.

Outros impactos positivos vieram do Rio de Janeiro (1%) e Distrito Federal (4,7%).

As atividades turísticas que apresentaram recuo foram Paraná (3,1%) e Santa Catarina (-2,7%), com ambos acumulando perda de 5,9% nos dois últimos meses.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Brasil vai repetir superávits comercial em 2018, diz ministro da Indústria e Comércio

Veículo: G1

Data: 15.08.18

Caderno: Economia

Página: On-line

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Link: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/08/15/brasil-vai-repetir-superavit-comercial-em-2018-diz-ministro-da-industria-e-comercio.ghtml>

Brasil vai repetir superávit comercial em 2018, diz ministro da Indústria e Comércio

Em 2017, balança comercial registrou superávit de US\$ 67 bilhões. Marcos Jorge de Lima diz que o foco do país é ir na contramão do protecionismo e ampliar relações com outros países.

Por Daniel Silveira, G1
15/08/2018 12h01 - Atualizado há 30 minutos



O ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Marcos Jorge de Lima, em evento no Rio. (Foto: Daniel Silveira/G1)

A balança comercial do Brasil deve repetir em 2018 o resultado do ano passado, afirmou nesta quarta-feira (15) o ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), Marcos Jorge de Lima. Em 2017, as exportações brasileiras superaram as importações em **US\$ 67 bilhões, o melhor resultado desde 1989, início da série histórica do MDIC**. Segundo Lima, nos 7 primeiros meses deste ano a corrente de comércio do país aumentou em quase 13% e “segue crescendo”.

“Os números reforçam que o caminho traçado está correto, mas ainda há muito o que fazer”, disse o ministro em discurso na abertura do Encontro Nacional de Comércio Exterior (Enaex), realizado nesta quarta-feira (15) no Rio de Janeiro.

O ministro lembrou que, em 2017, o Brasil registrou o primeiro crescimento das exportações depois de 5 anos, com aumento de 18,5% das vendas externas, com destaque para produtos manufaturados.

“Ressalto que para cada 1 bilhão de produtos manufaturados exportados, estimamos o envolvimento de até 50 mil postos de trabalho”, destacou.

Ele acrescentou que as importações também tiveram, no ano passado, o primeiro crescimento após três anos “caracterizado pela aquisição saudável de insumos para a produção agrícola”.

Dentre os principais desafios para aumentar ainda mais o superávit comercial, Lima destacou a necessidade de melhorar o ambiente de negócio, estimulando ganhos de competitividade e reduzir os custos e prazos. Ele destacou que somente os tributos de trabalho e previdência que incidem sobre a produção brasileira encarecem em até 14% as operações no país.

O ministro defendeu a necessidade de se “estabelecer um elo permanente e duradouro entre o desenvolvimento e o comércio exterior”, atuando na contramão do protecionismo adotado por alguns países. Lima disse que “o resultado de disputas comerciais como a que assistimos hoje pode ser nefasto, com consequências danosas a todos”.

“Em direção oposta ao protecionismo, o Brasil segue determinado a aumentar sua participação no comércio internacional por meio de negociações de novos acordos de comércio. Nos últimos dois anos, realizamos o posicionamento estratégico do nosso país com a retomada e o fortalecimento do diálogo com mais de 15 países, incluindo China, Estados Unidos e Argentina, os três maiores parceiros comerciais do nosso país”, destacou o ministro.

Lima destacou, ainda, que o principal empenho do país atualmente está na abertura de mercado com a União Europeia e com a Ásia.

“Estamos empenhados em concluir um acordo histórico de livre comércio com a União Europeia, o que demandará vontade política de ambos os blocos na busca de um acordo equilibrado. Também estamos avançando em negociações com Canadá, Índia e, mais recentemente, lançamos também negociações com a Coreia do sul e Singapura, porta de entrada para o grande mercado do sul asiático”, disse.

Segundo o ministro, “esse conjunto de negociações oferece a possibilidade de melhor acesso do Brasil a países que representam a metade do PIB mundial e a mais de 40% das exportações mundiais”. Ele enfatizou tratar-se de um mercado que consome “mais de 25 vezes do total de importações do Brasil atualmente”.



CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Imposto de Renda 2018: Receita paga 3º lote de restituições nesta quarta-feira

Veículo: G1

Data: 15.08.18

Enfoque:

Caderno: Economia

Página: On-line

Positivo () Negativo () Neutro (X)

Link: <https://g1.globo.com/economia/imposto-de-renda/2018/noticia/2018/08/15/imposto-de-renda-2018-receita-paga-3o-lote-de-restituicoes-nesta-quarta-feira.ghtml>

RECURSO LIBERADO

Plano de manutenção prevê reestruturação de 37 espaços entre hospitais e SPAs na capital e no interior do AM

Unidades de saúde em reforma

Os Centros de Atenção Integral à Criança (CAICs) e à Melhor Idade (CAIMIs, além da Central de Medicamentos (Cema) e todos os hospitais e prontos-socorros adultos e infantis, maternidades, policlínicas e Serviços de Pronto Atendimento (SPAs) da capital estão passando por obras de revitalização. Em todo o Estado, 37 unidades de saúde estão em processo de reforma, onde será investido R\$ 82,8 milhões. A informação foi confirmada ontem pela Secretaria de Estado de Saúde (Susam).

De acordo com o secretário de Saúde, Francisco Deodato, dos R\$ 82,8 milhões disponibilizados para as obras, R\$ 65 milhões serão destinados às obras que estavam paradas e os outros os R\$ 17,8 milhões serão liberados em convênios com as Prefeituras, para reforma e equipar os hospitais do interior.

Em Manaus, uma das unidades contempladas pelo plano de manutenção é o Serviço de Pronto Atendimento (SPA) Enfermeira Eliameme Rodrigues Mady, na zona Norte. Há anos sem receber qualquer reparo, o prédio teve o telhado trocado, além da reestruturação do almoxarifado, farmácia, triagem e recepção e as lâmpadas antigas foram substituídas por LED.

O setor de emergência foi todo reformado, incluindo a adaptação de macas e poltronas e a aquisição de acessórios para os

Refrigeração

Conforme a Secretaria de Estado de Saúde (Susam), as unidades da capital também estão recebendo melhorias na climatização. Cerca de 300 novos aparelhos de ar-condicionado do tipo SPLIT foram adquiridos, que já estão sendo instalados, garantido a revitalização da rede de refrigeração dos hospitais.

aparelhos médicos da área de urgência.

QUALIDADE DO SERVIÇO

“O SPA atende, em média, de 1.500 a 1.800 pacientes por dia, demanda relativamente alta. Então, visando à qualidade do serviço, tanto para a população quanto para os servidores, a gente realizou intervenções em vários setores, que facilitam o trabalho dos profissionais e dão mais conforto ao paciente”, afirma o diretor da unidade, Karim Tarayra.

\$ 82,8 milhões

É o valor disponibilizado pelo Governo do Estado para a revitalização de 37 unidades de saúde tanto na capital como no interior, de acordo com a Susam.

OBRAS EM OUTROS HPSS

O pacote de obras da Susam prevê ainda obras como a reforma das enfermarias do Hospi-

tal e Pronto-Socorro Platão Araújo; a reforma do centro cirúrgico e da Unidade de Terapia Intensiva (UTI) do Hospital Adriano Jorge; reforma e adequação de acessibilidade da Policlínica Gilberto Mestrinho; reforma da Fundação de Medicina Tropical; conclusão da reforma da cozinha e do refeitório do Hospital e Pronto-Socorro 28 de Agosto, assim como a construção de uma área de convivência para acompanhantes na unidade; e serviços de revitalização do Instituto da Mulher Dona Lindu.

Municípios vão ser atendidos

Este ano, a Secretaria assinou R\$ 17,8 milhões em convênios com Prefeituras para reformar e equipar hospitais. Os municípios contemplados são Manacapuru, Carauari, Lábrea, Alvarães, Maraã, Itacoatiara, Parintins, Boca do Acre e Maués.

Conforme o Estado, os recursos para retomar as obras e equipar novas unidades estão garantidos, assim como para algumas unidades que ainda vão ser entregues. É o Hospital do Careiro Castanho e outras que serão inauguradas em breve, além das Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) do bairro Cidade Nova, em Manaus, e em Itacoatiara; Centro Especializado em Reabilitação 4, na capital; e o SPA do Distrito de Santo Antônio do Matupi, em Manicoré.

Com a inauguração da UPA Cidade Nova serão mais 20 leitos de observação; na UPA de Itacoatiara serão 12 leitos de observação; e no SPA do Distrito de Santo Antônio do Matupi, mais 12 leitos.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Imposto de Renda 2018: Receita paga 3º lote de restituições nesta quarta-feira

Veículo: G1

Data: 15.08.18

Caderno: Economia

Página: On-line

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Link: <https://g1.globo.com/economia/imposto-de-renda/2018/noticia/2018/08/15/imposto-de-renda-2018-receita-paga-3o-lote-de-restituicoes-nesta-quarta-feira.ghtml>

Imposto de Renda 2018: Receita paga 3º lote de restituições nesta quarta-feira

Ao todo, serão pagos R\$ 3,6 bilhões para 2.852.737 contribuintes; lote também inclui restituições residuais de 2008 a 2017.

Por G1

15/08/2018 07h00 - Atualizado há 5 horas



Imposto de Renda 2018 (Foto: Ilustração: Karina Almeida/G1)

Receita Federal paga nesta quarta-feira (15) o terceiro lote de restituição do Imposto de Renda de Pessoas Físicas (IRPF) de 2018. O lote também inclui restituições residuais de 2008 a 2017. Ao todo, serão pagos R\$ 3,6 bilhões para 2.852.737 contribuintes. A correção para quem recebe neste segundo lote do IR 2018 é de 2,58%.

CONSULTE O SITE DA RECEITA

As consultas podem ser feitas pelo **site da Receita Federal**. Há, ainda, o aplicativo para tablets e smartphones que facilita consulta às declarações do IRPF e situação cadastral no CPF, diretamente nas bases de dados da Receita Federal.

Malha fina

No fim do ano passado, a Receita Federal informou que 747 mil declarações estavam retidas na malha fina do IR de 2017 devido a inconsistências nas informações prestadas.

Nos últimos anos, a omissão de rendimentos foi o principal motivo para cair na malha fina, seguido por inconsistências na declaração de despesas médicas.

Para saber se está na malha fina, os contribuintes podem acessar o "extrato" do Imposto de Renda no site da Receita Federal no chamado e-CAC (Centro Virtual de Atendimento).

Para acessar o extrato do IR é necessário utilizar o código de acesso gerado na própria página da Receita Federal, ou certificado digital emitido por autoridade habilitada.

- **Caiu na malha fina? Veja o que fazer**

Após verificar quais inconsistências foram encontradas pela Receita Federal na declaração do Imposto de Renda, o contribuinte pode enviar uma declaração retificadora. Quando a situação for resolvida, o contribuinte sai da malha fina e, caso tenha direito, a restituição será incluída nos lotes residuais do Imposto de Renda.



CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Economia brasileira registra retração de 0,99% no segundo trimestre, aponta BC

Veículo: G1

Data: 15.08.18

Caderno: Economia

Página: On-line

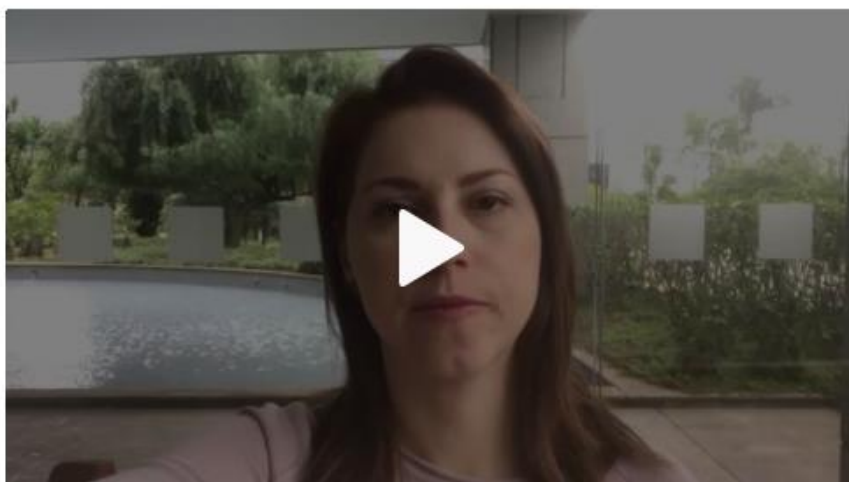
Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Link: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/08/15/previa-do-pib-do-banco-central-registra-retracao-de-099-no-segundo-trimestre.ghtml>

Economia brasileira registra retração de 0,99% no segundo trimestre, aponta BC

Queda foi registrada em período marcado pela greve dos caminhoneiros. O IBC-Br foi criado para tentar antecipar resultado do PIB. Números oficiais serão divulgados pelo IBGE em 31 de agosto.

Por **Alexandro Martello, G1, Brasília**
15/08/2018 08h34 - Atualizado há 30 minutos



Prévia do PIB' do BC cai no segundo trimestre. E eu com isso?

A economia brasileira encolheu no segundo trimestre deste ano, segundo indicam números divulgados pelo Banco Central nesta quarta-feira (15).

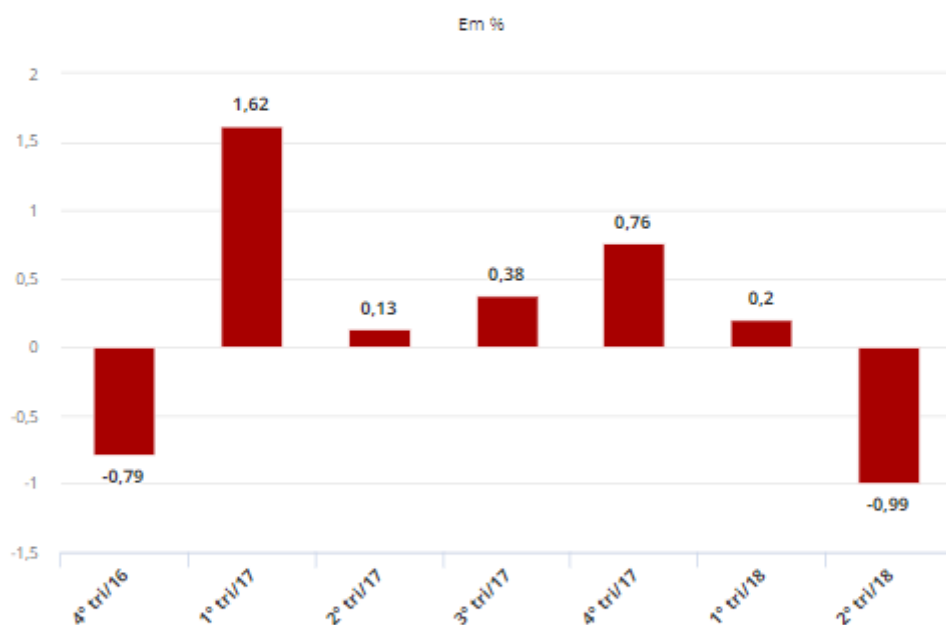
De acordo com a instituição, o chamado Índice de Atividade Econômica (IBC-Br) registrou uma queda de 0,99% na comparação com os três primeiros meses deste ano. Esse número foi calculado com "ajuste sazonal", uma "compensação" para comparar períodos diferentes de um ano.

Segundo o Banco Central, essa foi a maior queda do IBC-Br desde o primeiro trimestre de 2016 – quando o indicador registrou um tombo de 1,51% na comparação com os três meses anteriores.

Esse recuo, no segundo trimestre deste ano, aconteceu após uma expansão de 0,20% nos três primeiros meses de 2018 (número revisado) e uma alta de 0,76% no último trimestre de 2017.

O IBC-Br, do Banco Central, é um indicador criado para tentar antecipar o resultado do PIB, que é calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os números oficiais do PIB do segundo trimestre deste ano serão divulgados no dia 31 de agosto.

Evolução do IBC-BR



Fonte: Banco Central

PIB X IBC-Br

O Produto Interno Bruto é a soma de todos os bens e serviços produzidos no país e serve para medir a evolução da economia. Em 2017, o **PIB teve uma alta de 1%**, após dois anos consecutivos de retração e, no primeiro trimestre deste ano, **avançou 0,4% contra os três meses anteriores**.

PIB X IBC-Br

O Produto Interno Bruto é a soma de todos os bens e serviços produzidos no país e serve para medir a evolução da economia. Em 2017, o **PIB teve uma alta de 1%**, após dois anos consecutivos de retração e, no primeiro trimestre deste ano, **avançou 0,4% contra os três meses anteriores**.

O cálculo do IBC-Br, porém, é um pouco diferente do usado no PIB. O indicador do BC incorpora estimativas para a agropecuária, a indústria e o setor de serviços, além dos impostos. Os resultados do IBC-Br nem sempre mostraram proximidade com os dados oficiais divulgados pelo IBGE.

Nesta quarta-feira (15), o BC avaliou que "há que se ter cuidado nas comparações trimestrais do IBC-Br e o PIB". Segundo a instituição, características conceituais e metodológicas do IBC-Br (entre as quais o processo de dessazonalização) podem ocasionar diferenças temporárias entre a sua evolução e a do PIB, "ensejando cautela em comparações nos horizontes mais curtos".

"Ressalte-se que, relativamente ao mesmo trimestre de 2017, o IBC-Br elevou-se 0,84% no segundo trimestre desse ano. Essa variação interanual seria consistente com a evolução relativamente estável do PIB na margem, isto é, considerado o PIB do 2º trimestre em relação ao PIB do 1º trimestre, ajustado sazonalmente", acrescentou o BC.

Greve dos caminhoneiros

A "prévia" do PIB do BC registrou contração no segundo trimestre deste ano, período em que aconteceu a **greve dos caminhoneiros** – no fim de maio e começo do mês de junho – e impactou para baixo o nível de atividade. Analistas ouvidos pelo **G1** estimaram **impacto do movimento no PIB**.

A paralisação da categoria gerou uma crise no abastecimento em todo o país e falta de diversos produtos como, por exemplo, gás de cozinha, combustível nos postos, alimentos nos supermercados e querosene nos aeroportos. O Ministério da Fazenda estimou um efeito **de R\$ 15,9 bilhões na economia**.

Após o movimento, analistas de mercado reduziram sua previsão de crescimento do PIB para todo ano de 2018. Em março deste ano, os economistas dos bancos chegaram a projetar uma alta de 2,9% para este ano. Na semana passada, a **estimativa de expansão para 2018 já havia recuado para 1,49%**.



Junho, parcial do ano e resultado em 12 meses

Os dados do BC mostram que, somente em junho, o IBC-Br registrou uma alta de 3,29%, contra maio. A comparação também foi feita após ajuste sazonal, considerada mais apropriada por analistas.

Quando a comparação é feita com junho do ano passado (sem ajuste sazonal, pois são períodos iguais), houve um crescimento de 1,82%, de acordo com o Banco Central.

Na parcial deste ano, informou o BC, foi registrada uma expansão de 0,89% no indicador do nível de atividade da economia brasileira (sem ajuste sazonal) e, no acumulado em 12 meses até junho, houve uma expansão de 1,30% (também sem ajuste).

Definição da taxa de juros

O IBC-Br ajuda o Banco Central na definição dos juros básicos da economia. Atualmente, a taxa Selic está em 6,50% ao ano, na mínima histórica.

Pelo sistema que vigora no Brasil, o BC precisa ajustar os juros para atingir as metas preestabelecidas de inflação. Quanto maiores as taxas, menos pessoas e empresas ficam dispostas a consumir, o que tende a fazer com que os preços baixem ou fiquem estáveis.

Para 2018, a meta central de inflação é de 4,5%, com um intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos. Desse modo, o IPCA, considerado a inflação oficial do país e medida pelo IBGE, pode ficar entre 3% e 6%, sem que a meta seja formalmente descumprida.

Mais notícias

CBIC

[CBIC Hoje NEWSLETTER 14/08/2018 / EDIÇÃO 6130](#)

Folha de S. Paulo

[Contribuinte que está no 3º lote do IR 2018 recebe hoje restituição](#)

Senado notícias

[Projeto de Randolfe revoga a reforma trabalhista](#)

AGENDA

AGOSTO

18 – Dia Nacional da Construção Social (DNCS)

28 – WorkShop Gratuito sobre as principais mudanças no PBQP-H para a versão 2018.

SETEMBRO

20 – I seminário - Questão Social e Ambiental na Engenharia e Arquitetura

Participe do Dia Nacional da Construção Social



Werbesson,
trabalhador da construção,
e sua família



saúde



lazer



cidadania

UM DIA DE SAÚDE, LAZER E CIDADANIA PARA
O TRABALHADOR DA CONSTRUÇÃO E SUA FAMÍLIA

INFORMAÇÕES
(92)3233-7880 / (92) 3233-5463
CONTATO@SECONCI-MANAUS.COM.BR

**DIA NACIONAL
DA CONSTRUÇÃO
SOCIAL**
EDIÇÃO 2018

*O Futuro
dos nossos filhos*

18 DE AGOSTO, DE 9 ÀS 14H, NO CLUBE DO TRABALHADOR DO SESI

Apoio



Apoio Especial



Realização



Promoção





I Seminário - Questão Social e Ambiental na Engenharia e Arquitetura

Objetivo: apresentar aos profissionais de engenharia e arquitetura que atuam na elaboração de projetos, execução de obras, tecnologias industriais e agrícolas a questão social e ambiental, bem como suas certificações.

- DIA: 20.09 ÀS 19:00
- LOCAL: AUDITÓRIO CETAM - DOM PEDRO I - MANAUS- AM
- FACILITADOR: SR. TAKASHI YAMAUCHI (MEMBRO ISO E ABNT)

PARTICIPE É GRATUITO!

PATROCÍNIO

+Babbel

REALIZAÇÃO



APOIO





Apoio:
SINDUSCON-AM
SINDICATO DA INDÚSTRIA DA
CONSTRUÇÃO CIVIL DO AMAZONAS

O PBQP-H MUDOU!
Descubra as novidades do Regimento do SiAC 2018

WORKSHOP GRATUITO

28 DE AGOSTO DE 2018 | DAS 18H ÀS 21H
AUDITÓRIO AUTON FURTADO JÚNIOR, 10 ANDAR
(SEDE DA FIEAM)

AVENIDA JOAQUIM NABUCO, 1919 - CENTRO

PARA MAIS INFORMAÇÕES: WWW.EETIKA.COM.BR/PBQPH-ISO9001
SINDUSCON-AM: (92) 36226525